



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO
DE ÁREA FÍSICA Nº 14/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO E A EMPRESA KANELLE
RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA**

A **Universidade Federal de Pernambuco**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida da Arquitetura, s/n, Campus Joaquim Amazonas, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representado pelo Magnífico Reitor, Professor Alfredo Macedo Gomes, nomeado(a) por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil, de 10 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, em 11 de outubro de 2023, inscrito no CPF sob o nº _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ doravante denominada UFPE, e a **Empresa KANELLE RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.142.066/0001-82, sediada na Avenida Governador Agamenon Magalhães, número 4775, Ilha do Leite-Recife-PE, Cep:50.070.425, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo Sr. Francisco Evandro Lira de Souza, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.043778/2022-97** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 09/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a concessão remunerada de uso de área física, medindo 170,54 m² de área útil, para exploração de cantina no prédio localizado na Área II, Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN,

UFPE, localizado na av Jornalista Aníbal Fernandes, s/n – CDU - CEP: 55.740-560, em conformidade com as condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deram origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato **vincula-se ao Instrumento Convocatório da Concorrência nº 09/2023 e seus anexos**, identificado no preâmbulo acima, e **à proposta vencedora da CONCESSIONÁRIA**, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais períodos, a critério único e exclusivo da UFPE, até o limite de 60 (sessenta) meses em sua totalidade.

2.2. Só poderá ser renovado o Contrato ou Termo de Concessão de Uso que adimplente com a Universidade Federal de Pernambuco;

2.3. Iniciar a exploração do objeto contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPRESTAÇÃO

3.1. O valor para a contraprestação mensal é de **R\$ 5.990,00 (cinco mil, novecentos e noventa reais)**, conforme cálculo do custo mensal de contraprestação, elaborado com base em laudo de cálculo de área da Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis – CCBI, da Superintendência de Infraestrutura – SINFRA / UFPE;

3.2. A contraprestação mensal deverá ser recolhida até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, fornecida pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST.

3.3. As regras no tocante à contraprestação estão descritas na Resolução 05/2016, do Conselho de Administração da UFPE;

3.3.1. A não observância do prazo para quitação da contraprestação mensal importará no acréscimo de multa de 10% (dez por cento) cumulada com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre a contraprestação mensal devida, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, conforme disposto no art. 8º, § 4º, da Resolução nº 05/2016 do Conselho de Administração da UFPE.

3.4. De acordo com o art. 7º, § 7º da Resolução 05/2016 – CADM há a possibilidade de em períodos de interrupção das atividades acadêmicas serem concedidos aos concessionários um desconto de até 100% (cem por cento) no valor da taxa de uso, a fim de evitar possíveis inadimplências causadas pela redução da receita;

3.5. O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura pelas partes, prorrogáveis por igual período até o limite de 60

meses, mediante termo aditivo conforme acordo entre as partes, em cumprimento ao disposto no Art. 57, inciso II da Lei no 8.666/1993.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Em sendo prorrogado o prazo contratual, a contraprestação mensal será reajustada de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), ou outro índice definido pelo Governo Federal que porventura venha a substituí-lo.

4.1.1. Se na ocasião do reajuste o índice não tiver ainda sido divulgado, será aplicado o último índice disponível, procedendo-se ao correspondente acerto quando de sua divulgação oficial, e imediatamente cobrada a diferença pela UFPE, ficando expresso que a CONCESSIONÁRIA reconhecerá dívida líquida, certa e exigível.

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

5.1. Iniciar a exploração do objeto contratual no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato;

5.2. Observar o horário das 08h00min às 20h00min horas de segunda-feira à sexta-feira para funcionamento, salvo autorização expressa em contrário dada pela Direção do Centro de Ciências Exatas e da Natureza onde se encontra localizada a área, visando a atender conveniência de ordem administrativa;

5.3. Apresentar licença de funcionamento vigente e licença de vigilância sanitária emitidas pela Secretaria de Saúde, no momento da contratação;

5.4. Observar termos do Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, previsto na RESOLUÇÃO – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, da ANVISA;

5.5. Dispor dos equipamentos mínimos necessários para o funcionamento do estabelecimento, tais como: fogão industrial, geladeiras, freezers, microondas, liquidificadores etc, bem como de todo o mobiliário necessário;

5.6 Manter a tabela de preços em local visível;

5.7 Se houver interesse da Concessionária, poderão ocorrer vendas a crédito, sob seu controle, eximindo-se a Concedente de qualquer responsabilidade por inadimplência dos devedores;

5.8 Após o início dos serviços, os mesmos não poderão ser paralisados, a não ser por ordem expressa do Gestor do Contrato, ou de quem receber sua delegação;

5.9. Oferecer aos usuários serviços de boa qualidade, com tratamento eficiente e cortês no atendimento, devendo ser condizente com a demanda;

5.10. Não incorrer em interrupção do funcionamento em períodos de recesso;

5.11. Fornecer lixeiras com tampa móvel e sacos de plásticos no interior, para toda área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva e de responsabilidade ambiental;

5.12. Manter em perfeito estado de conservação e limpeza o local, as instalações e equipamentos de propriedade da UFPE, que estiverem sob sua guarda e responsabilidade, obrigando-se a devolvê-los, ao término deste CONTRATO, nas mesmas condições de conservação em que os recebeu, inclusive pintura, no que couber;

5.13. Pagar pontualmente a contraprestação mensal, apresentando à Coordenação de Infraestrutura, Finanças e Compras e ao Gestor do Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o vencimento do encargo mensal, a guia comprobatória do recolhimento efetivado; da mesma forma e prazo estipulado acima, deverá apresentar as guias com as devidas quitações das despesas com energia elétrica e água;

5.14. Manter quantidade de pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão, devendo a CONCESSIONÁRIA acatar parecer da equipe de fiscalização e inspeção da UFPE, quando esta constatar que o número de empregados é insuficiente para o bom andamento dos serviços;

5.15. Realizar treinamento de pessoal na busca de permanente qualidade na prestação dos serviços e relacionamento cordial com os clientes;

5.16. Desocupar a área física no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura da rescisão pelo Reitor, deixando as instalações do ambiente nas mesmas condições em que o recebeu, sob pena de aplicação das penalidades administrativas, cíveis e criminais previstas no ordenamento jurídico brasileiro;

5.17. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto do contrato;

5.18. Assumir todas as responsabilidades relativas a seus empregados, inclusive para atendimento em casos de emergência por acidentes ou qualquer mal súbito;

5.19. Manter disponível para equipe de fiscalização e inspeção da UFPE ou para fiscalização externa, toda documentação, comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, tributária e sanitária, inclusive licenças, autorização de funcionamento e alvará para o exercício de suas atividades comerciais resultantes da execução do contrato;

5.20. Não comercializar bebidas alcoólicas, cigarros, charutos ou qualquer produto proibido que não sejam compatíveis com o cardápio mínimo.

5.21. Facilitar à equipe de fiscalização e inspeção da UFPE o acesso à área física aos produtos comercializados, providenciando a correção das deficiências apontadas nos prazos estipulados;

5.22. É vedada a transferência, locação, sublocação, concessão, subdivisão ou empréstimo da área objeto desse contrato, no todo ou parcialmente, sem expressa autorização da Administração;

5.23. Facilitar à UFPE a fiscalização e inspeção da área física e da documentação probatória das obrigações, em especial as indicadas nos subitens 5.6 e 5.9 a 5.13 desta cláusula;

5.24. Manter durante a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

5.25. Responder pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias relativas ao pessoal utilizado para a execução do objeto deste CONTRATO, se for o caso, bem como responsabilizar-se sobre quaisquer encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO.

5.26. Não será permitida a colocação de propagandas comerciais nas paredes ou na área concedida.

5.27. É proibida a utilização do espaço para exposição de produtos comerciais, reuniões, ou atos públicos, sem a prévia anuência da UFPE;

5.28. A UFPE não responderá, sob qualquer hipótese ou pretexto, por eventuais débitos de seus servidores com a CONCESSIONÁRIA;

5.29. Sujeitar-se-á a penalidades administrativas, cíveis e criminais o concessionário, seus empregados, prepostos, ou quem os representem, que infrinjam as normas sanitárias e ambientais vigentes, mormente pela degradação do ambiente, da flora e da fauna nos campi da UFPE;

5.30. A Concessionária deve atender aos requisitos de sustentabilidade disponíveis no subitem 1.3 do Projeto Básico;

5.31. Nenhum vínculo de natureza empregatícia se estabelecerá entre a Universidade Federal de Pernambuco e o concessionário, seus empregados, prepostos ou quem os representem;

5.32. As obrigações decorrentes da exploração do objeto deste CONTRATO são de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo à UFPE responder por compromissos assumidos por aquela ou direitos havidos de terceiros;

5.33. A concessionária deverá primar pelo fornecimento de produtos com qualidade e dentro das normas vigentes de adequação sanitária, assim como deverá cumprir com os horários estabelecidos;

5.34. Oportunizar a participação em ações apresentados pela Diretoria de Alimentação e Nutrição da UFPE que tenha como objetivo orientar boas práticas de manipulação de alimentos e educação nutricional para os usuários

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA UFPE

6.1. Adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do CONTRATO;

6.2 Entregar, o que se perfaz neste ato, a área concedida, limpa e desimpedida de quaisquer ônus;

6.3 Orientar, supervisionar e controlar a execução do objeto ora contratado por meio do responsável pela fiscalização da área;

6.4 Manter arquivado, junto ao CONTRATO, toda a correspondência trocada entre as partes;

6.5 Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito, sobre qualquer irregularidade que diga respeito ao CONTRATO;

6.6 Manter firme e valiosa a concessão, desde que mantidas as condições pactuadas;

6.7 Providenciar a publicação resumida do Contrato e de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União.

6.8 Manter arquivada, junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado ao Projeto Básico, toda documentação a ele referente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do referido contrato ficará sob tutela do servidor **João Paulo Chaves da Silva, SIAPE: 1684914, ramal institucional: (81) 2126-8403 / cel. 81-999844804; e-mail: joao.pcsilva@ufpe.br**, em caso de substituição, assume a servidora Wanessa Fernanda Costa Silva, SIAPE: 1854595, ramal institucional: (81) 2126-8401, e mail: **wanessa.fernanda@ufpe.br**.

7.2. A fiscalização do contrato será exercida pela servidora **Wanessa Fernanda Costa Silva, SIAPE: 1854595, ramal institucional: 2126-8401 / cel. 81- 95155873; e-mail: wanessa.fernanda@ufpe.br**, em caso de substituição, assume o servidor, Marcos Rogério dos Santos Galvão, SIAPE:1131686, ramal institucional: 2126-8401; e-mail: marcosgalvao885@hotmail.com, que verificarão de modo sistemático o cumprimento das disposições deste CONTRATO e das ordens emanadas da Administração, bem como o estado de conservação da edificação, informando a esta, em tempo hábil, as ocorrências e todas as providências tomadas.

8. CLÁUSULA OITAVA – BENFEITORIAS

8.1. Só poderão ser efetuadas benfeitorias e serviços, no espaço físico com prévia e escrita autorização do dirigente máximo da Instituição, e após a avaliação da Superintendência de Infraestrutura - SINFRA;

8.2. A execução das benfeitorias e instalações deverá ser supervisionada pela SINFRA;

8.3. As benfeitorias e instalações realizadas no espaço físico objeto da concessão ficarão definitivamente incorporadas ao patrimônio da UFPE, conforme avaliação da Coordenação e Cadastro de Bens e Imóveis – CCBI,

da SINFRA, sem direito de apropriação, podendo ocorrer indenização ao concessionário;

8.4. A conservação e manutenção do espaço físico ficarão por conta dos concessionários, devendo ser acompanhadas pelo fiscal do Contrato ou Termo de Concessão.

9. CLÁUSULA NONA – TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

9.1. As taxas referentes ao consumo de água e de energia elétrica serão de responsabilidade da Concessionária.

9.2. A taxa mensal de ENERGIA ELÉTRICA e ÁGUA referente à área física concedida será obtida através de medidor individual e o pagamento será realizado através de GRU a ser fornecida pela Gerência de Finanças e Compras do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, mensalmente.

9.3. A não observância do prazo para quitação das taxas de serviço público (água e energia elétrica), no caso de GRU emitida pela UFPE, importará no acréscimo de multa de 10% (dez por cento) cumulada com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial deste CONTRATO e descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes penalidades, após regular processo administrativo:

10.1.1. Advertência por escrito, quando a CONCESSIONÁRIA infringir as obrigações ajustadas neste CONTRATO, se tratar-se de primeira falta e não sanar as irregularidades apontadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

10.1.2. Multa na forma estabelecida no subitem 10.3 desta cláusula;

10.1.3. Suspensão temporária de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE por um prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. As penalidades previstas nos incisos 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item 10.1.2, facultada a defesa prévia da CONCESSIONÁRIA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

10.3. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, no caso de inexecução total ou inexecução parcial ou retardamento da execução do objeto, garantida ampla defesa e

contraditório, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação das seguintes multas sobre o valor global do contrato:

Inexecução Total	30% (trinta por cento)
Inexecução Parcial	10% (dez por cento)
Retardamento da execução	5% (cinco por cento)

10.3.1. Entende-se como inexecução total do objeto, quando a CONCESSIONÁRIA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.

10.3.2. Configurar-se-á inexecução parcial quando a CONCESSIONÁRIA:

I – Deixar de realizar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados; ou

II – Suspende injustificadamente o CONTRATO ou der causa a sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos.

10.3.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONCESSIONÁRIA:

I – Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias contados da data convencionada em contrato.

10.4. A multa deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação. Após esse prazo, será cobrado juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

10.4.1. Após o prazo do subitem 10.4, o não pagamento da multa em até 75 (setenta e cinco) dias, incorrerá em inscrição da empresa no CADIN, conforme previsto no art. 2º, parágrafo 2º, da Lei nº 10.522/2002, Portaria STN nº 685, de 14/09/2006, Portaria AGU nº 377/2011 e demais cominações legais.

10.5. A não solução da irregularidade apontada, no prazo de trinta dias contados a partir da data da comunicação da irregularidade, acarretará a automática rescisão deste CONTRATO;

10.6. Além das penalidades citadas, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber.

10.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada a transferência, locação, sublocação, concessão, subdivisão ou empréstimo da área objeto desse contrato, no todo ou parcialmente, sem expressa autorização da Administração;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Instrumento Convocatório;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.1.3. Judicial, nos termos da Legislação vigente sobre a matéria.

12.2. O inadimplemento no recolhimento da contraprestação mensal por 03 (três) meses, consecutivos ou não, acarretará a rescisão deste Termo de contrato, nos termos do § 6º, Art. 8º da Resolução 05/2016 – UFPE.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993, bem quando:

I – Requerer concordata ou tiver decretada a falência;

II – Transferir, a qualquer título, este contrato ou as obrigações dele decorrentes, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da UFPE;

III – Suspender a execução dos serviços por prazo superior a dez dias consecutivos sem justificção e sem prévia autorização da UFPE.

12.5. Na hipótese de rescisão contratual, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para entrega do local, a contar da comunicação oficial, sem qualquer indenização.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e na Resolução nº 05/2016 do Conselho de Administração da UFPE.



14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

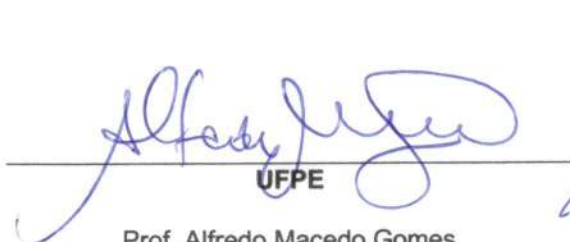
14.1. Incumbirá à **UFPE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Pernambuco - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Recife/PE, 26 de FEVEREIRO de 2024.



UFPE

Prof. Alfredo Macedo Gomes

Responsável legal da UFPE



FORNECEDOR

Sr. Francisco Evandro Lira de Souza

Responsável legal da CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____



Emitido em 27/02/2024

CONTRATO Nº 243/2024 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/02/2024 18:25)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

COORDENADOR - TITULAR

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: ###773#0

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **243**, ano: **2024**, tipo:
CONTRATO, data de emissão: **27/02/2024** e o código de verificação: **90fbea6c7e**